REVISTA eduCA
REVISTA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CATÓLICA PAULISTA
ISSN 2674-8460

A atuação da ONU Mulheres: contribuições para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento feminino

The role of UN Women: contributions to the promotion of gender equality and women's empowerment

La actuación de ONU Mujeres: contribuciones para la promoción de la igualdad de género y el empoderamiento feminino

DOI: 10.54901/educa.v9-121

Profª. Drª. Loide Andréa Salache[1]
Profª. Drª. Juliane Sachser Angnes[2]
Profª. Me. Luciene Regina Leineker[3]
Profª. Drª. Mariulce da Silva Lima Leineker[4]
Profª. Drª. Rita de Cássia Fonseca[5]
Profª. Drª. Zoraide da Fonseca Costa[6]

RESUMO: Este artigo analisa a atuação da ONU Mulheres e suas contribuições para a promoção da igualdade de gênero e do empoderamento feminino no contexto das agendas internacionais de direitos humanos e desenvolvimento sustentável. O estudo parte do reconhecimento de que, apesar de avanços normativos e institucionais observados nas últimas décadas, persistem desigualdades estruturais que limitam o pleno exercício dos direitos das mulheres em diferentes regiões do mundo. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa consiste em compreender de que maneira a atuação da ONU Mulheres contribui para fortalecer iniciativas globais voltadas à promoção da igualdade de gênero, especialmente no âmbito da Agenda 2030 e do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS 5. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e pesquisa documental, com análise de documentos institucionais, relatórios e conteúdos disponíveis em sites oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU) e da ONU Mulheres. Os resultados indicam que a organização desempenha papel estratégico na articulação de agendas internacionais, na mobilização de compromissos institucionais e na promoção de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades de gênero, ao fortalecimento da liderança feminina e à ampliação da participação das mulheres em processos de tomada de decisão. Além disso, observou-se que iniciativas globais promovidas pela ONU Mulheres contribuem para consolidar a igualdade de gênero como dimensão central do desenvolvimento sustentável. Conclui-se que a atuação da ONU Mulheres representa importante mecanismo de governança global voltado à promoção

[1] Doutora em Desenvolvimento Comunitário, Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava, Paraná, Brasil. E-mail: loide@unicentro.br 7
[2] Doutora em Educação, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Guarapuava, Paraná, Brasil. E-mail: jangnes@unicentro.br
[3] Mestra em Métodos Numéricos em Engenharia, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Guarapuava, Paraná, Brasil. E-mail: luciene@unicentro.br
[4] Doutora em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Guarapuava, Paraná, Brasil. E-mail: mariulce@unicentro.br
[5] Doutora em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Guarapuava, Paraná, Brasil. E-mail: rcfonseca@unicentro.br
[6]Doutora em Energia na Agricultura, Faculdade de Ciências Agronômicas (UNESP), Guarapuava, Paraná, Brasil. E-mail: zoraide@unicentro.br

REVISTA edUCA
REVISTA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CATÓLICA PAULISTA
ISSN 2674-8460

dos direitos das mulheres, embora a efetivação da igualdade de gênero ainda dependa de esforços contínuos de cooperação internacional, fortalecimento institucional e mobilização social.

Palavras-chave: ONU Mulheres; empoderamento feminino; igualdade de gênero; objetivos de desenvolvimento sustentável - ODS 5; Agenda 2030.

1 INTRODUÇÃO

A igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres constituem princípios fundamentais para a promoção dos direitos humanos, para o fortalecimento das instituições democráticas e para o desenvolvimento sustentável em escala global. Nas últimas décadas, essa temática tem assumido posição central nas agendas internacionais, especialmente no âmbito do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), que reconhece que a superação das desigualdades de gênero é condição essencial para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis. Nesse contexto, destaca-se a atuação da **ONU Mulheres (2016)**, entidade das Nações Unidas criada em 2010 com o objetivo de fortalecer as ações internacionais voltadas à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres e meninas.

A criação da ONU Mulheres representou um marco institucional no sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), uma vez que consolidou diferentes estruturas que anteriormente atuavam separadamente na promoção dos direitos das mulheres. A organização passou a desempenhar papel estratégico na coordenação de políticas globais, no apoio aos Estados na implementação de compromissos internacionais e na promoção de iniciativas destinadas à eliminação de todas as formas de discriminação, e violência contra mulheres e meninas (ONU Mulheres, 2016). Entre suas principais áreas de atuação destacam-se o fortalecimento da liderança e participação política das mulheres, a promoção da autonomia econômica feminina, o enfrentamento à violência de gênero e a ampliação da participação das mulheres nos processos de construção da paz e segurança internacional (UN Women, 2023).

A relevância da promoção da igualdade de gênero também se expressa na **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, adotada pela Organização das Nações Unidas em 2015. Entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o "**ODS 5 – Igualdade de Gênero",** estabelece o compromisso de alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Esse objetivo reconhece que o desenvolvimento sustentável somente pode ser alcançado mediante a eliminação de barreiras estruturais que limitam a participação plena das mulheres na vida econômica, política e social (ONU, 2015).

REVISTA edUCA
REVISTA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CATÓLICA PAULISTA
ISSN 2674-8460

Apesar dos avanços institucionais e normativos observados nas últimas décadas, dados internacionais demonstram que as desigualdades de gênero ainda persistem em diferentes regiões do mundo. Segundo informações divulgadas pela **ONU Mulheres (2023)**, mulheres continuam sub-representadas em espaços de tomada de decisão política e econômica, além de enfrentarem maiores riscos de violência e exclusão social. Além disso, documentos no âmbito internacional (UN Women, 2023), indicam que as mulheres representam uma parcela significativa das populações afetadas por conflitos e crises humanitárias, sendo frequentemente expostas a formas específicas de violência e vulnerabilidade.

Segundo o **Relatório Global sobre a Lacuna de Gênero (Global Gender Gap Report, 2024)**, elaborado pelo **Fórum Econômico Mundial (World Economic Forum, 2024)**, os avanços na redução das desigualdades entre homens e mulheres ainda ocorrem de forma lenta e desigual entre os países. O relatório avalia quatro dimensões principais da desigualdade de gênero, com enfoque na participação econômica e oportunidades, nível educacional, saúde e sobrevivência, e empoderamento político.

No campo político, a desigualdade é ainda mais evidente. As mulheres continuam sub-representadas em cargos de liderança e tomada de decisão. Em muitos países, a presença feminina em parlamentos nacionais e cargos executivos permanece significativamente inferior à masculina, evidenciando a persistência de barreiras estruturais que dificultam a participação política das mulheres.

No âmbito econômico, o relatório também destaca diferenças significativas na participação no mercado de trabalho, nos níveis salariais e no acesso a oportunidades profissionais. Mulheres tendem a ocupar posições mais vulneráveis no mercado de trabalho, frequentemente com menores rendimentos e menor acesso a posições de liderança.

Outrossim, de acordo com a versão mais recente do **Relatório Global sobre a Lacuna de Gênero (***Global Gender Gap Report, 2025***)**, elaborado pelo **Fórum Econômico Mundial (World Economic Forum, 2025),** o índice global de igualdade de gênero indica que aproximadamente **68,8%, da lacuna de gênero mundial foi reduzida**, representando um avanço modesto em relação às edições anteriores. Contudo, o progresso permanece lento, sendo estimado que **a plena igualdade de gênero somente será alcançada em cerca de 123 anos**, caso o ritmo atual de mudanças seja mantido. O relatório do **Fórum Econômico Mundial (2025),** também demonstra que as maiores desigualdades persistem nos campos da **participação econômica e do empoderamento político**, enquanto os indicadores de **educação e saúde apresentam níveis mais elevados de paridade entre homens e mulheres.**

REVISTA edUCA
REVISTA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CATÓLICA PAULISTA
ISSN 2674-8460

Assim sendo, no cenário em tela, esses dados reforçam a importância de políticas públicas e iniciativas internacionais voltadas à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento feminino. Nesse sentido, organizações internacionais como a **ONU Mulheres** desempenham papel fundamental na mobilização de governos, instituições e sociedade civil para acelerar o progresso em direção à igualdade de gênero e à redução das desigualdades estruturais que ainda persistem em diferentes regiões do mundo.

No campo teórico, a discussão sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres tem sido amplamente abordada por diferentes correntes das ciências sociais. Autores como **Joan Scott (1995),** destacam que o gênero constitui uma categoria analítica fundamental para compreender as relações de poder que estruturam as sociedades contemporâneas. Por sua vez, **Amartya Sen (2000),** argumenta que a expansão das capacidades e liberdades das mulheres representa elemento central para o desenvolvimento humano, uma vez que sociedades que promovem maior igualdade de gênero tendem a alcançar melhores resultados sociais e econômicos. Já **Nancy Fraser (2007),** enfatiza que a justiça de gênero envolve não apenas a redistribuição de recursos, mas também o reconhecimento social e a participação política das mulheres nos processos de tomada de decisão.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como tema **a atuação da ONU Mulheres e suas contribuições para a promoção da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres**. O problema de pesquisa que orienta o estudo consiste em compreender de que maneira a atuação institucional da ONU Mulheres contribui para o fortalecimento de estratégias internacionais voltadas à promoção da igualdade de gênero. Embora existam importantes marcos normativos internacionais e compromissos assumidos pelos Estados no campo dos direitos das mulheres, persistem desafios relacionados à implementação efetiva dessas diretrizes e à superação de desigualdades estruturais.

A partir dessa problemática, formulam-se algumas hipóteses orientadoras da investigação. A primeira hipótese sustenta que a ONU Mulheres desempenha papel estratégico na articulação de agendas internacionais voltadas à promoção da igualdade de gênero. A segunda hipótese considera que as iniciativas desenvolvidas pela organização contribuem para o fortalecimento de políticas públicas e mecanismos institucionais destinados ao empoderamento das mulheres em diferentes países. A terceira hipótese pressupõe que a atuação da ONU Mulheres contribui para consolidar a igualdade de gênero como elemento central das agendas internacionais de desenvolvimento sustentável.

Com base nessas hipóteses, estabelece-se como **objetivo geral** analisar a atuação da ONU Mulheres e suas contribuições para a promoção da igualdade de gênero e do

REVISTA edUCA
REVISTA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CATÓLICA PAULISTA
ISSN 2674-8460

empoderamento das mulheres. Como **objetivos específicos**, pretende-se apresentar o contexto de criação e as principais funções institucionais da ONU Mulheres no sistema das Nações Unidas, examinar as principais iniciativas e agendas globais promovidas pela organização no campo da igualdade de gênero, e discutir as contribuições da ONU Mulheres para o fortalecimento de políticas e estratégias internacionais voltadas ao empoderamento feminino.

A justificativa para a realização deste estudo fundamenta-se na crescente centralidade da igualdade de gênero nas agendas internacionais de direitos humanos e desenvolvimento sustentável. A promoção dos direitos das mulheres tem sido reconhecida como elemento essencial para a construção de sociedades mais justas, democráticas e inclusivas. Nesse sentido, compreender o papel desempenhado por organizações internacionais, como a ONU Mulheres, contribui para ampliar o debate acadêmico sobre governança global, políticas públicas e mecanismos institucionais voltados à promoção da equidade de gênero.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva. Do ponto de vista teórico, fundamenta-se em revisão bibliográfica sobre igualdade de gênero, empoderamento feminino e governança internacional no campo dos direitos humanos. No plano empírico, a investigação baseia-se na análise documental de relatórios, documentos institucionais e conteúdos informativos disponibilizados em **sites oficiais da ONU Mulheres e da Organização das Nações Unidas (ONU)**, especialmente aqueles relacionados à promoção da igualdade de gênero, ao empoderamento feminino e à implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS 5. Essa análise documental possibilita identificar diretrizes, estratégias e iniciativas desenvolvidas pela organização, contribuindo para compreender sua relevância na promoção de políticas e ações voltadas à igualdade de gênero em escala global.

Assim, ao analisar a atuação da ONU Mulheres e suas contribuições para a promoção da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres, este estudo busca contribuir para o aprofundamento do debate acadêmico sobre direitos humanos, desenvolvimento sustentável e políticas internacionais de igualdade de gênero, evidenciando o papel das instituições multilaterais na construção de sociedades mais equitativas e inclusivas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres insere-se em um campo teórico interdisciplinar que articula contribuições da área da educação, da sociologia, da

REVISTA edUCA
REVISTA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CATÓLICA PAULISTA
ISSN 2674-8460

ciência política, da economia do desenvolvimento, dos estudos feministas, entre outras. A literatura especializada tem demonstrado que as desigualdades de gênero não decorrem de diferenças naturais ou biológicas tomadas isoladamente, mas de construções históricas, sociais e culturais que organizam hierarquias, distribuem privilégios e limitam o acesso de mulheres a recursos, reconhecimento e poder. Nessa direção, o conceito de gênero consolidou-se como categoria analítica fundamental para compreender a produção social das diferenças e das assimetrias entre homens e mulheres.

Vale frisar que Joan Scott (1995), sustenta que o gênero é uma categoria útil de análise histórica porque permite compreender como diferenças socialmente construídas entre os sexos são mobilizadas para estruturar relações de poder. Essa leitura é particularmente relevante para estudos sobre igualdade de gênero, pois desloca a análise de uma visão biologizante para uma abordagem crítica, centrada nos mecanismos sociais, políticos e simbólicos que sustentam a desigualdade. Em convergência com essa perspectiva, Simone de Beauvoir (1080), evidencia que a condição feminina é historicamente produzida, enquanto Judith Butler (2003), problematiza o caráter aparentemente natural das identidades de gênero, destacando seu aspecto performativo e institucionalmente reiterado.

No campo da teoria da justiça, Nancy Fraser (2007), propõe uma formulação especialmente fecunda para o debate contemporâneo ao articular as dimensões de redistribuição, reconhecimento e representação. Tal formulação permite compreender que a desigualdade de gênero não se reduz à privação econômica, pois envolve também desvalorização simbólica e sub-representação política. A noção de empoderamento feminino, por conseguinte, não pode ser restringida ao aumento de renda ou à inserção produtiva, devendo abranger também a capacidade de participar substantivamente dos processos de decisão e de influenciar a agenda pública. Em diálogo com essa perspectiva, Amartya Sen (2000), compreende o desenvolvimento como expansão de capacidades e liberdades substantivas, o que torna a ampliação das oportunidades educacionais, econômicas, sociais e políticas das mulheres elemento central do desenvolvimento humano.

Essa articulação teórica encontra forte ressonância nas agendas internacionais de direitos humanos e desenvolvimento sustentável. No âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), a igualdade de gênero deixou de ser tratada como tema setorial para assumir caráter transversal e estruturante. Em 2015, a Assembleia Geral da ONU, adotou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), composta por 17 objetivos e 169 metas globais. Nesse cenário, especificamente, no âmbito da ONU Mulheres sobre paridade de gênero, destaca-se que as metas diretamente vinculadas à igualdade de gênero, estão concentradas no **ODS 5**, mas

REVISTA edUCA
REVISTA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CATÓLICA PAULISTA
ISSN 2674-8460

também transversalizadas em outros objetivos globais, o que reforça a compreensão de que a igualdade entre mulheres e homens constitui condição para o conjunto do desenvolvimento sustentável, e não apenas uma agenda isolada.

Sob esse ponto de vista, o **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, ODS 5**, voltado a **alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas**, assume posição central na arquitetura normativa da Agenda 2030. A Organização das Nações Unidas (ONU), reconhecem que as mulheres e meninas representam aproximadamente metade da população mundial e, portanto, metade do potencial humano e produtivo da sociedade. Ainda assim, a desigualdade de gênero permanece presente em múltiplas dimensões da vida social, econômica e política.

Nesta circunstância, o ODS 5, estabelece metas específicas para eliminar todas as formas de discriminação e violência contra mulheres e meninas, erradicar práticas nocivas, como o casamento infantil e a mutilação genital feminina, reconhecer e valorizar o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, assegurar a participação plena e efetiva das mulheres em espaços de liderança e garantir o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e aos direitos reprodutivos. Desse modo, o objetivo evidencia que a igualdade de gênero não constitui apenas uma agenda setorial, mas uma condição indispensável para a construção de sociedades justas, inclusivas e sustentáveis.

Entretanto, os dados internacionais revelam que os avanços em direção ao ODS 5, ainda ocorrem de forma lenta e desigual. A Organização das Nações Unidas (ONU, 2025), alertam que, mantidas as tendências atuais, poderão ser necessários cerca de **300 anos para eliminar o casamento infantil**, **286 anos para remover lacunas em leis discriminatórias**, **140 anos para alcançar igualdade de representação das mulheres em cargos de liderança no trabalho** e **47 anos para atingir paridade nos parlamentos nacionais**. Além disso, aproximadamente **2,4 bilhões de mulheres em idade produtiva ainda não dispõem dos mesmos direitos econômicos que os homens**, ao passo que cerca de **35%, das mulheres entre 15 e 49 anos, já sofreram violência física e/ou sexual ao longo da vida**.

Ademais, esses dados demonstram que a igualdade formal consagrada em marcos normativos internacionais, embora represente avanço jurídico e político relevante, ainda não se converteu, de maneira plena, em igualdade substantiva no cotidiano das mulheres e meninas. Em outras palavras, a existência de tratados, convenções, resoluções e metas globais voltadas à promoção da igualdade de gênero não tem sido suficiente, por si só, para eliminar desigualdades estruturais historicamente enraizadas nas esferas econômica, social, cultural e política. Persistem barreiras relacionadas à divisão sexual do trabalho, à sobrecarga do trabalho

REVISTA edUCA
REVISTA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CATÓLICA PAULISTA
ISSN 2674-8460

doméstico e de cuidado não remunerado, à violência baseada em gênero, à sub-representação feminina nos espaços de poder e decisão, às disparidades salariais e às limitações no acesso a direitos, oportunidades e recursos.

Outrossim, é importante destacar que esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas integradas, reformas institucionais consistentes e mecanismos de cooperação internacionais, capazes de promover mudanças concretas nas condições materiais e simbólicas que restringem o empoderamento das mulheres e meninas. Trata-se, portanto, de reconhecer que a efetivação da igualdade de gênero exige não apenas compromissos normativos, mas ações permanentes de transformação social, redistribuição de oportunidades, reconhecimento de direitos e ampliação da participação feminina em todos os níveis da vida pública e privada.

Tendo em vista essa situacionalidade, em apoio a essa agenda, a ONU Mulheres lançou a iniciativa **"Por um Planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero"**, apresentada como esforço global orientado por compromissos concretos assumidos por mais de 90 países. Logo, os dados sobre paridade ressaltam que a construção de um "Planeta 50-50", depende da atuação articulada de mulheres, homens, governos, sociedade civil, empresas, universidades e meios de comunicação, isto é, de uma governança multinível e multissetorial. Do ponto de vista teórico para a pesquisa em tela, esse ponto é relevante porque desloca a igualdade de gênero do plano meramente normativo para o campo da ação pública coordenada, permitindo compreender a centralidade das instituições internacionais na indução de compromissos nacionais e transnacionais.

Importa assinalar também, que a ONU Mulheres, no que se refere à paridade de gênero, também expressa centralidade desde a **Plataforma de Ação de Pequim**, aprovada em 1995, como marco normativo e político ainda vigente nesse tema. Além disso, a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, reuniu 17 mil participantes e 30 mil ativistas no fórum paralelo, além de representantes de 189 governos, culminando na elaboração da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, apresentada como o plano mais progressivo até então formulado para o avanço dos direitos das mulheres.

O mesmo documento destaca suas 12 áreas críticas de atuação, entre elas mulheres e pobreza, educação, saúde, violência contra as mulheres, economia, poder e liderança, mecanismos institucionais, direitos humanos, mídia, meio ambiente e direitos das meninas. Assim, cumpre notal, que essa contextualização histórica citada, é teoricamente importante para a presente pesquisa, porque evidencia a continuidade entre marcos anteriores e a Agenda 2030, revelando que a governança global de gênero é construída por camadas sucessivas de normatização, pressão política e institucionalização internacional.

REVISTA edUCA
REVISTA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CATÓLICA PAULISTA
ISSN 2674-8460

Ainda nesse material, a ONU Mulheres assinala que, apesar de progressos importantes, a agenda da igualdade de gênero permanece inacabada, mulheres seguem recebendo menos que os homens, enfrentam maior probabilidade de inserção em empregos de baixa qualidade, cerca de um terço das mulheres sofre violência física ou sexual ao longo da vida e falhas em direitos reprodutivos e na assistência à saúde são associadas à morte diária de centenas de mulheres durante o parto. A presença desses dados robustece a tessitura teórica desta pesquisa científica, porque demonstra que as desigualdades de gênero persistem de forma multidimensional, confirmando a pertinência das leituras de Fraser (2007) e Sen (2000), segundo as quais injustiça econômica, desvalorização social, déficit de representação e limitação de capacidades se interpenetram.

No plano conceitual mais estrito, a noção de **paridade de gênero** deve ser compreendida não apenas como equivalência numérica, mas como princípio democrático de distribuição equilibrada do poder. Nessa perspectiva, a ONU Mulheres prioriza que liderança e participação política, visam garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades enfatiza a possibilidade de/para liderança em todos os níveis de tomada de decisão política, econômica e pública, o que constitui uma das metas globais do ODS 5, em prol do empoderamento das mulheres e meninas.

Por conseguinte, a ONU sustenta a ideia de **democracia paritária**, definida como regime democrático justo e inclusivo em que as mulheres lideram e participam de forma igualitária da tomada de decisão, conjuntamente com os homens, contribuindo para a agenda pública com perspectiva de gênero. Trata-se de uma situacionalidade relevante porque amplia a noção de representação e aproxima a discussão de um modelo de democracia, no qual a legitimidade democrática depende também da presença efetiva das mulheres nos espaços de poder.

No caso brasileiro, a ONU Mulheres possui uma plataforma de ação de apoiar a participação política de mulheres em espaços de poder formais e não formais, com atenção à diversidade e ao fortalecimento de movimentos de mulheres e feministas negras, indígenas, ciganas, rurais e jovens. Essa formulação é importante porque introduz, no plano empírico-institucional, uma abordagem interseccional coerente com a crítica feminista contemporânea: não basta falar de “mulheres” em abstrato, pois as desigualdades atravessam etnia, território, geração e sexualidade.

Isto posto, essas formulações ganham maior densidade quando confrontadas com dados recentes do sistema ONU. Em notícia publicada em 2025, repercutindo o relatório “Progresso nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Panorama de Gênero, 2025”, (P**rogress on the**

REVISTA edUCA
REVISTA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CATÓLICA PAULISTA
ISSN 2674-8460

Sustainable Development Goals: The Gender Snapshot, 2025), a ONU informou que, mantidas as tendências atuais, o mundo poderá chegar a 2030, com **351 milhões de mulheres e meninas em extrema pobreza**. A mesma cobertura destacou que havia **64 milhões de mulheres, a mais do que homens, em situação de insegurança alimentar moderada ou grave**, e que apenas **27%, dos parlamentares no mundo eram mulheres**, evidenciando a persistência de assimetrias econômicas e políticas. Esses dados são relevantes porque mostram que a desigualdade de gênero continua estruturando tanto a esfera da reprodução material da vida, quanto a esfera da representação política. Logo, as desigualdades cometidas contra as mulheres são multifacetadas, envolvendo esferas sociais, econômicas, físicas e no âmbito da política, frequentemente enraizadas em uma cultura patriarcal, machista e sexista.

Dessa forma, o diálogo entre a teoria feminista, a teoria da justiça, a abordagem das capacidades e os marcos normativos e programáticos da ONU, permite compreender que a igualdade de gênero não pode ser reduzida a uma promessa formal de direitos. Ela exige transformação estrutural das relações de poder, redistribuição de recursos, reconhecimento das diferenças e ampliação da representação política. Nesse quadro, a atuação da ONU Mulheres revela-se relevante não apenas como ação institucional, mas como mediação entre normas globais, produção de evidências, construção de agendas públicas e fortalecimento de sujeitos políticos diversos.

Portanto, a hipótese central deste estudo enfatiza que a promoção da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres, depende da articulação entre democracia paritária, justiça social, interseccionalidade e governança global orientada por compromissos concretos. Sob essa perspectiva, a igualdade de gênero não se reduz a uma formulação normativa ou declaratória, mas constitui um processo histórico, político, social e institucional que requer transformações estruturais nas relações de poder, na distribuição de recursos, no reconhecimento das diferenças e nas formas de participação nos espaços de decisão.

Assim, a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas, associada à atuação de organismos internacionais, ao fortalecimento dos marcos normativos e à mobilização da sociedade civil, mostra-se essencial para enfrentar desigualdades históricas e ampliar as possibilidades de autonomia, representação e protagonismo das mulheres. Desse modo, a construção de sociedades mais justas, inclusivas e democráticas exige a consolidação de mecanismos institucionais, políticos e culturais capazes de assegurar não apenas a igualdade formal de direitos, mas a efetivação de condições concretas para que mulheres e meninas exerçam plenamente suas capacidades, liberdades e direitos em todas as dimensões da vida social de forma sustentável, visando desenvolvimento humano e justiça.

REVISTA edUCA
REVISTA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CATÓLICA PAULISTA
ISSN 2674-8460

3 METODOLOGIA

Este artigo adota uma abordagem de natureza **qualitativa**, por compreender que a análise da atuação da ONU Mulheres, bem como de suas contribuições para a promoção da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres, exige interpretação crítica de conteúdos normativos, institucionais e teóricos. A opção por essa abordagem decorre do próprio escopo do tema investigado, que demanda exame aprofundado de conceitos, diretrizes, compromissos internacionais e estratégias institucionais voltadas à igualdade de gênero, mais do que mensuração estatística ou tratamento quantitativo de dados. Trata-se, portanto, de uma pesquisa orientada à compreensão dos significados, das articulações e das implicações políticas e sociais presentes na atuação da ONU Mulheres no cenário internacional.

No plano dos procedimentos, o estudo articula **revisão bibliográfica** e **pesquisa documental**, compreendidas como metodologias complementares e não excludentes. A revisão bibliográfica permite identificar e discutir os principais referenciais teóricos relacionados à igualdade de gênero, ao empoderamento das mulheres, à justiça social, à interseccionalidade e à governança global, a partir do diálogo com autoras e autores relevantes da área. Já a pesquisa documental concentra-se na análise de relatórios institucionais, plataformas de ação, textos informativos e conteúdos disponíveis em **sites oficiais da ONU, da ONU Mulheres e de organismos correlatos**, considerados fontes primárias relevantes para compreender as diretrizes, metas e iniciativas vinculadas ao tema.

Em termos operacionais, a pesquisa mobiliza técnicas de **documentação e observação, a**plicadas ao conjunto de fontes selecionadas. A análise, por sua vez, desenvolve-se de forma interpretativa e crítica, buscando compreender como a ONU Mulheres formula, difunde e fortalece agendas internacionais voltadas à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres, em articulação com a Agenda 2030 e, especialmente, com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS 5.

Desse modo, a metodologia adotada possibilita uma leitura aprofundada e coerente com os objetivos do artigo, ao integrar fundamentos teóricos e evidências documentais na construção da análise. A combinação entre revisão bibliográfica e pesquisa a sítios eletrônicos, favorece uma compreensão mais ampla e consistente do objeto investigado, permitindo examinar tanto os marcos conceituais que sustentam o debate quanto os conteúdos institucionais que expressam a atuação concreta da ONU Mulheres. Assim, a pesquisa busca oferecer uma interpretação qualitativa, crítica e fundamentada acerca das contribuições dessa entidade para a promoção da igualdade de gênero e do empoderamento feminino.

REVISTA edUCA
REVISTA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CATÓLICA PAULISTA
ISSN 2674-8460

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

A análise investigativa realizada neste estudo permitiu identificar que a atuação da **ONU Mulheres** desempenha papel estratégico na promoção da igualdade de gênero e no fortalecimento do empoderamento feminino em escala global. A partir do exame de documentos institucionais, relatórios internacionais e conteúdos disponíveis em plataformas oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU), observa-se que a organização atua como um importante mecanismo de articulação entre agendas internacionais de direitos humanos, políticas públicas nacionais e iniciativas da sociedade civil voltadas à promoção da equidade de gênero. Nesse sentido, os resultados da pesquisa evidenciam que a ONU Mulheres contribui para a consolidação de uma agenda global que busca enfrentar desigualdades estruturais historicamente construídas e promover a ampliação da participação das mulheres nos espaços de decisão política, econômica e social.

Um dos principais achados da análise refere-se à centralidade da igualdade de gênero na **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, especialmente no âmbito do **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS 5**, que estabelece metas voltadas à eliminação de todas as formas de discriminação e violência contra mulheres e meninas, à promoção da participação feminina em posições de liderança e à garantia de acesso universal à saúde sexual e reprodutiva.

A atuação da ONU Mulheres nesse contexto evidencia a importância das organizações internacionais na formulação de diretrizes globais capazes de orientar políticas públicas e estratégias institucionais em diferentes países. Tal constatação converge com as análises de Sen (2000) e Fraser (2007), que destacam a relevância da ampliação das capacidades e da participação política das mulheres para a promoção da justiça social e do desenvolvimento humano.

Outro resultado relevante diz respeito ao papel da ONU Mulheres na mobilização de iniciativas internacionais voltadas ao fortalecimento da igualdade de gênero, como a campanha **“Planeta 50-50 em 2030”**, que busca acelerar compromissos globais para a eliminação das desigualdades entre homens e mulheres. A análise dos documentos institucionais demonstra que a iniciativa se fundamenta na ideia de corresponsabilidade entre governos, instituições internacionais, sociedade civil, setor privado e cidadãos, reforçando a necessidade de ações coletivas e articuladas para promover transformações estruturais nas relações de gênero. Essa perspectiva dialoga com o conceito de governança global, no qual diferentes atores sociais

participam da construção e implementação de agendas internacionais voltadas à promoção de direitos e à redução de desigualdades.

Os resultados também evidenciam a importância da promoção da **liderança e participação política das mulheres** como elemento central para a consolidação de sociedades democráticas. Documentos da ONU Mulheres apontam que a presença feminina em espaços de poder e tomada de decisão, contribui para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às desigualdades sociais. Entretanto, os dados analisados indicam que a sub-representação das mulheres em cargos políticos e institucionais permanece como desafio significativo em diferentes regiões do mundo. Essa constatação reforça a necessidade de medidas institucionais voltadas à promoção da **democracia paritária**, conceito que pressupõe a participação equilibrada de mulheres e homens nos processos de tomada de decisão.

Outro aspecto evidenciado na análise refere-se à persistência de desigualdades estruturais que limitam o pleno exercício dos direitos das mulheres. Dados divulgados por organismos internacionais indicam que milhões de mulheres continuam expostas à violência baseada em gênero, à pobreza e à exclusão social, especialmente em contextos de vulnerabilidade econômica e conflitos armados. Esses resultados corroboram estudos anteriores que apontam que a desigualdade de gênero constitui fenômeno multidimensional, relacionado a fatores econômicos, sociais, culturais e políticos. Nesse sentido, a literatura destaca que a promoção do empoderamento feminino exige políticas públicas integradas, capazes de enfrentar simultaneamente desigualdades materiais, simbólicas e institucionais.

A discussão dos resultados também evidencia que a atuação da ONU Mulheres se articula com uma perspectiva interseccional da igualdade de gênero, reconhecendo que mulheres vivenciam desigualdades de forma diferenciada em razão de fatores como etnia, classe social, território, idade e orientação sexual. Iniciativas apoiadas pela organização, voltadas ao fortalecimento da liderança de mulheres negras, indígenas, rurais e jovens, demonstram a importância de incorporar a diversidade de experiências femininas na formulação de políticas públicas e estratégias institucionais. Essa abordagem está alinhada às discussões contemporâneas do campo dos estudos de gênero, que enfatizam a necessidade de considerar múltiplas dimensões de desigualdade na análise das relações sociais.

De modo geral, os resultados desta pesquisa indicam que a atuação da ONU Mulheres contribui significativamente para a construção de uma agenda internacional orientada à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres. Ao articular marcos normativos, produção de evidências, mobilização política e cooperação internacional, a organização fortalece processos de governança global, voltados à ampliação dos direitos das

mulheres e à redução das desigualdades estruturais. Entretanto, os achados também demonstram que a existência de compromissos internacionais e diretrizes normativas não garante, por si só, a efetivação da igualdade de gênero, sendo necessária a continuidade de esforços institucionais, políticos e sociais capazes de transformar as estruturas que perpetuam desigualdades.

Além disso, esta pesquisa também se propõe a contribuir para o fortalecimento da produção científica sobre a temática da igualdade de gênero e do empoderamento feminino no campo acadêmico. Ao evidenciar a relevância da atuação da ONU Mulheres e das demandas internacionais vinculadas à **Agenda 2030**, especialmente ao **ODS 5**, o estudo busca estimular o desenvolvimento de novas investigações e ampliar o debate científico acerca dos desafios contemporâneos relacionados à promoção dos direitos das mulheres.

Nesse sentido, espera-se que os resultados apresentados possam incentivar a realização de futuras pesquisas, reflexões críticas e análises interdisciplinares que aprofundem a compreensão das desigualdades de gênero e das estratégias institucionais voltadas ao seu enfrentamento. Considerando a importância social, política e acadêmica do tema, ampliar o número de estudos e discussões sobre igualdade de gênero torna-se fundamental para subsidiar políticas públicas, fortalecer agendas institucionais e contribuir para a construção de sociedades mais justas, democráticas e comprometidas com a promoção dos direitos das mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a atuação da **ONU Mulheres** e suas contribuições para a promoção da igualdade de gênero e do empoderamento feminino no contexto das agendas internacionais de desenvolvimento social e direitos humanos. A partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e pesquisa documental em documentos institucionais e plataformas oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU), foi possível examinar de que maneira a organização tem contribuído para a formulação, a articulação e a implementação de estratégias globais voltadas à redução das desigualdades de gênero e ao fortalecimento da participação das mulheres na vida social, política e econômica.

Os resultados da pesquisa evidenciaram que a ONU Mulheres desempenha papel relevante na consolidação de uma agenda internacional comprometida com a promoção da igualdade de gênero, especialmente no âmbito da **Agenda 2030, para o Desenvolvimento Sustentável, com enfoque no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS 5**. A análise dos documentos e iniciativas institucionais demonstrou que a atuação da organização contribui

para fortalecer compromissos internacionais, mobilizar governos e instituições e incentivar a adoção de políticas públicas orientadas à eliminação de desigualdades estruturais que afetam mulheres e meninas. Nesse sentido, observou-se que programas, campanhas e plataformas globais promovidas pela ONU Mulheres buscam ampliar a participação feminina em espaços de decisão, combater a violência baseada em gênero, promover autonomia econômica e incentivar práticas institucionais voltadas à equidade.

A investigação também evidenciou que, embora avanços importantes tenham sido registrados nas últimas décadas, persistem desafios significativos relacionados à efetivação da igualdade de gênero em escala global. As desigualdades estruturais associadas a fatores econômicos, sociais, culturais e políticos continuam a limitar o pleno exercício dos direitos das mulheres, o que reforça a necessidade de ações integradas que articulem políticas públicas, reformas institucionais, cooperação internacional e mobilização social. Dessa forma, a análise realizada confirma a hipótese de que a promoção da igualdade de gênero e do empoderamento feminino depende de uma atuação conjunta entre diferentes atores sociais, incluindo organismos internacionais, Estados, instituições acadêmicas e sociedade civil.

Além de contribuir para a compreensão do papel desempenhado pela ONU Mulheres na governança global da igualdade de gênero, o presente estudo também busca estimular o aprofundamento das discussões acadêmicas sobre a temática. Considerando a relevância social, política e científica da promoção dos direitos das mulheres, ampliar a produção de conhecimento nessa área torna-se fundamental para subsidiar políticas públicas, fortalecer iniciativas institucionais e ampliar o debate crítico sobre desigualdades de gênero na contemporaneidade.

Por fim, destaca-se que a importância deste estudo ultrapassa o âmbito acadêmico, pois dialoga diretamente com desafios sociais contemporâneos relacionados à promoção da justiça social, dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, sugere-se que pesquisas futuras possam aprofundar a análise sobre a implementação de políticas públicas de igualdade de gênero em diferentes contextos nacionais e locais, bem como investigar o impacto de iniciativas promovidas por organismos internacionais na formulação de estratégias institucionais voltadas ao empoderamento das mulheres. Tais investigações poderão contribuir para ampliar o conhecimento sobre os caminhos possíveis para a construção de sociedades mais igualitárias, democráticas e comprometidas com a garantia dos direitos das mulheres e meninas.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FRASER, Nancy. **Escalas de justiça: reimaginar o espaço político em um mundo globalizado**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ONU MULHERES. **Fórum Geração Igualdade (Generation Equality Forum)**. Brasília: ONU Mulheres, 2021. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/forum-geracao-igualdade/. Acesso em: 10 fev. 2026.

ONU MULHERES. **Liderança e participação política das mulheres**. Brasília: ONU Mulheres. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/lideranca-e-participacao/. Acesso em: 10 fev. 2026.

ONU MULHERES. **ONU Mulheres: entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres**. Brasília: ONU Mulheres, 2016. Disponível em: https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2016/10/ONU-MULHERES-Hq.pdf
Acesso em: 12 fev. 2026.

ONU MULHERES. **Paridade de gênero**. Brasília: ONU Mulheres. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/paridade/. Acesso em: 10 fev. 2026.

ONU MULHERES. **Planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero**. Brasília: ONU Mulheres. Disponível em:
http://www.onumulheres.org.br/planeta5050/. Acesso em: 12 fev. 2026.

ONU MULHERES. **Sobre a ONU Mulheres**. Brasília: ONU Mulheres. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/. Acesso em: 18 fev. 2026.

ONU NEWS. **Relatório aponta que milhões de mulheres podem permanecer na pobreza extrema até 2030**. 2025. Disponível em:
https://news.un.org/pt/story/2025/09/1850993. Acesso em: 16 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Gender equality and women's empowerment (Sustainable Development Goal 5)**. Nova York: United Nations. Disponível em: https://www.un.org/sustainabledevelopment/gender-equality/ Acesso em: 18 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015. Disponível em:
https://www.un.org/sustainabledevelopment/gender-equality/
Acesso em: 18 fev. 2026.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UN WOMEN. **Facts and figures: Women, peace and security**. New York: UN Women. Disponível em: https://www.unwomen.org/en/articles/facts-and-figures/facts-and-figures-women-peace-and-security. Acesso em: 18 fev. 2026.

UN WOMEN. **Progress on the Sustainable Development Goals: The Gender Snapshot 2025**. New York: UN Women, 2025. Disponível em: https://www.unwomen.org/en/node/36060. Acesso em: 18 fev. 2026.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Gender Gap Report 2024**. Geneva: World Economic Forum, 2024. Disponível em: https://www.weforum.org/reports/global-gender-gap-report-2024. Acesso em: 10 fev. 2026.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Gender Gap Report 2025**. Geneva: World Economic Forum, 2025. Disponível em: https://www.weforum.org/reports/global-gender-gap-report-2025. Acesso em: 10 fev. 2026.